

ENTREVISTA

“SAÚDE, HISTÓRIA E COVID-19: CONHECIMENTOS, ARGUMENTOS E PRÁTICAS”.

Prof. Dr. André Mota (USP)

Entrevista cedida a Equipe Editorial da Revista Espacialidades

Revista Espacialidades: Prezado professor André Mota, antes de começarmos esta entrevista, gostaríamos de agradecer a sua disponibilidade e prontidão em colaborar com o dossiê temático “História das doenças e produção dos espaços” da Revista Espacialidades. O senhor possui mais de 20 anos de pesquisa sobre a história da medicina e das doenças que renderam obras de referência sobre o tema como *Tropeços da medicina bandeirante, São Paulo, 1892-1920* e, recentemente, *Tempos cruzados: a saúde coletiva no estado de São Paulo - 1920-1980*. Pensando nessa longa experiência de mais de 20 anos de pesquisa, o senhor poderia nos contar um pouco sobre a sua trajetória no campo da história da medicina e das doenças? E quais as motivações que o levaram a seguir esse caminho?

André Motta: Na verdade, minha trajetória foi marcada pela minha entrada, como graduando, no Departamento de História, FFLCH-USP no ano de 1990, quando os estudos em torno da história da medicina e saúde pública tinham sido iniciados, mesmo que de forma tímida, afinal, para muitos historiadores, medicina e saúde pública seriam assuntos exclusivos dos médicos. Soma-se ao fato de eu ter proximidade pessoal com alguns professores e pesquisadores do Departamento de Medicina Preventiva-FMUSP, onde as questões da saúde coletiva tinham a dimensão histórica como repercussão de algumas reflexões. Desse encontro entre esses dois

mundos, estava eu, no segundo ano de graduação decidido em pesquisar e estudar a formação do pensamento sanitário médico-paulista na virada do século XX. Foi o que eu fiz.

Revista Espacialidades: Ao longo dos períodos históricos o saber médico foi usado pelo poder instituído como recurso de controle social, impondo regras, normatizando práticas, segregando grupos e hierarquizando os espaços. Gostaríamos que o senhor comentasse como essas questões apareceram e foram se constituindo como um problema, nos documentos colhidos e analisados em suas investigações, para a percepção das espacialidades de São Paulo.

André Motta: Os estudos foucaultianos sobre a normatização e normalização que envolviam a medicina já estava dado nesse momento, principalmente, com o impacto da obra *A danação da norma*. Também havia alguns trabalhos sobre o campo psiquiátrico paulista, sobre a história das doenças como a tuberculose e a lepra; a organização dos serviços de saúde e as ações impetradas por esses órgãos no cotidiano da população, o caso mais conhecido era o da Revolta de Vacina de 1904. O que ainda não havia, era a relação que pudesse trazer as representações do paulistanismo, enquanto estratégia discursiva das elites paulistas no campo médico e de saúde pública no sentido de naturalizar uma concepção de progresso a partir do “ser paulista”. E foi minha contribuição com *Tropeços da Medicina Bandeirante, 1892-1920*. Consegui perceber que entre os discursos produzidos sobre as práticas e institucionalidades, estava ali também tal dimensão ideológica, escamoteando todas as iniquidades e tragédias sanitárias vividas pela sua população mais pobre, o que contradizia alguns estudos que supervalorizavam a chamada excepcionalidade paulista. Minha leitura, bastante bejaminiana, fez a leitura no contrapelo dessa história. Esse mote me acompanha até os dias atuais, afinal, o paulistanismo está entre nós, basta as lentes certas para vê-la na vida de sua população e no cotidiano do Estado e de suas cidades.

Revista Espacialidades: Pensando sobre o processo de pesquisa que envolve o ofício do historiador, poderia comentar sobre os acervos e tipologias documentais usados pelo senhor e quais deles indicaria para o(a) aluno(a) de História que gostaria de aprofundar nos temas da saúde pública, das doenças e das práticas médico-sanitárias?

André Motta: Obviamente, que todo um acervo documental institucional se mostra ainda muito potente e com muitas dimensões desconhecidas que merecem toda a atenção. São registros oficiais das instituições e de seus representantes que não podem passar ao largo de quem tem interesse sobre esses temas. Além disso, houve muitos esforços no sentido de abrir espaços arquivísticos de pesquisa, ampliando a possibilidade de pesquisa e estudo. No entanto, hoje também se abre um leque muito maior, envolvendo desde material jornalístico, propagandístico, iconográfico, além, da repercussão, pelas entrelinhas desses discursos, da voz da própria população, envolvida em temas diversos, como das artes de curar, das representações em torno da saúde e da doença e de suas formas de tratamento. Indo além, temos também a necessidade de repercutir tempos diversos, localidades diversas e grupos diversos, que ainda não foram mapeados e aguardam o interesse de estudos e grupos de pesquisa. A professora Raquel Glezer sempre disse algo que continua sendo importante registrar: “temos a impressão de conhecermos completamente São Paulo, mas é só uma impressão”. O campo médico, de saúde e das artes de curar está nessa direção, ainda possui uma infinidade de possibilidades e trazem interpretações que podem descortinar contextos impensados pelos analistas. Precisamos de mais pesquisadores em nossa área, sempre.

Revista Espacialidades: Em *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil* (2003), o senhor analisa as práticas e os discursos sobre a construção de uma nação brasileira racialmente superior a partir das concepções sanitaristas e eugenistas das

primeiras décadas do período republicano. O senhor poderia nos esclarecer como tais concepções foram usadas pelos poderes públicos no processo de organização social das cidades brasileiras, assim como apontar continuidades e rupturas no que diz respeito às condições de salubridade da cidade de São Paulo, espaço privilegiado em suas análises? Poderia ainda tecer alguns comentários sobre experiências desse tempo em outras cidades brasileiras?

André Motta: O tema da Eugenia é um dos temas mais interessantes e ainda pouco explorados por nossa historiografia, mesmo havendo uma plêiade de estudiosos envolvidos. Digo isso, porque o estudo da Eugenia se mostra complexo por possuir, em sua própria dimensão criadora, uma plasticidade que permite discursos e práticas diversas em todos os países, e no caso brasileiro, em todas as suas regiões. Meu primeiro livro sobre o tema, convite para integrar uma coleção dirigida por João Paulo Garrido Pimenta e Andrea Slemian, demonstrou que havia a necessidade de se ter uma visão regional sobre tais ações eugenistas sobre o território brasileiro, desfazendo a ideia de uma “eugenia brasileira” *tout court*. Eu verifiquei naquele momento e pude aprofundar, por exemplo, que São Paulo não apenas liderou o movimento eugenista, mas impregnou esse movimento de um racismo extremado, vindo do movimento da pós-abolição, desfazendo a ideia, até então tida como única, de que nossa eugenia seria mais branda e restrita ao saneamento. No caso paulista somava-se uma aversão ao negro e ao mulato, a ponto dos discursos médicos e de saúde pública enveredarem para concepções mais restritivas, chegando até a Constituinte de 1934, quando o médico paulista Antonio Carlos Pacheco e Silva quis introduzir em lei a esterilização compulsória, sendo vetada no final. Em outras cidades, os discursos eugenistas variarão de tempo, de grupos e intencionalidades. O mais importante é notar que essa concepção não teve seu fim nos anos de 1930-1940, mas avançou pelas décadas seguintes, em estudos, discursos, livros e dicionários médicos. Enfim, é um tema espinhoso que ora e meia volta à tona, exatamente, por não ter sido discutido e compreendido a contendo, podendo ser, por isso combatido. Ainda necessitamos de

muitos estudos que possam referenciar melhor, em cada parte do território as leituras que forma possíveis, bem como suas práticas.

Revista Espacialidades: Em *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*, o senhor analisa os discursos, as práticas e as intervenções das instituições médico-sanitárias no estado de São Paulo como a do Serviço Sanitário, criado em 1892, e da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, fundada em 1912. Nesse sentido, gostaríamos que nos esclarecesse quais as implicações desse processo de institucionalização dos saberes médicos, ou seja, da criação desses espaços, para a sociedade e para a questão da saúde pública?

André Motta: Em *Tropeços da medicina bandeirante* realizei uma primeira aproximação dessa particularidade analítica, tentando mostrar como tal ideologia invadira o pensamento médico e da saúde pública, decorrendo em práticas e representações que procuram divulgar o projeto médico-sanitário estadual de atender às necessidades territoriais particulares, antes de tudo propondo regenerar aquele “filho paulista” que carregava no sangue as insígnias de suas origens bandeirantes dos séculos XVII e XVIII. A pesquisa mostra que na virada do século XX, os serviços médicos e de saúde estenderam-se na capital e pelo interior por meio da construção de uma potente rede de serviços médicos e sanitários, erradicando parte das moléstias, higienizando e diagnosticando os ambientes insalubres, mas considerando alcançados todos os seus objetivos maiores. Quanto a isso, não há dúvida. No entanto, a avaliação positiva devia-se ao nível tecnológico do projeto médico-sanitário, é claro, à formação de médicos e especialistas, ao padrão da aparelhagem e as pesquisas e estudos, mas igualmente ao que se considerava a natureza de todo esse processo: a própria origem de São Paulo. Por isso, todas as imperfeições ou contradições foram tomadas como desvios de uma ordem natural a que, num futuro utópico, todos chegariam.

Revista Espacialidades: Em seu trabalho *A moderna cidade de São Paulo e as doenças do progresso, 1930 - 1970*, a expressão “doenças do progresso” é um termo cunhado que chama a atenção para uma dicotomia entre o que é antigo e o que é moderno. Esse discurso é importante para entendermos as contradições sociais projetadas por aqueles que detêm o capital político e projetam suas concepções de sociedade vendidas como modernidade. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre como os discursos relacionados as doenças e a saúde se converteram em discursos modernizantes e quais os impactos disso para a saúde mental e física das pessoas durante o século XX.

André Motta: Podemos dizer que a história da saúde pública e da medicina, ao tratar dos fenômenos endêmicos e epidêmicos que atingem populações e coletividades, precisa, necessariamente, de voltar-se para esses fenômenos como “sintomas sociais” produzidos pela ideologia do progresso, justamente na combinação de um estado clínico considerado desvio ou anormalidade frente e do sistema socioeconômico imposto e mesmo que possamos compreender que o desenvolvimento da ciência ensejou, em escala mundial, uma melhoria constante e geral da saúde desde há mais de um século, decorrendo, em determinados grupos da sociedade, o aumento da esperança de vida, é bom que se diga que ela não entra sozinha em linha de conta. E a observação contrária é igualmente válida: a saúde nunca se degradou tanto como nesse momento de assunção do capitalismo entre os séculos XIX e XX. Isso porque o estado de saúde é um indicador da reação dos indivíduos à mudança de vida a que são submetidos e, desse ponto de vista, a doença e certo conceito de saúde tornam-se um sintoma de mal-estar social.

Revista Espacialidades: Diante de sua experiência de pesquisa, como o senhor analisa e avalia as ações dos atuais governantes com relação à pandemia

causada pelo COVID-19? E como a História, que está constantemente sendo atacada e negada, pode ajudar a sociedade a entender o atual momento pelo qual o Brasil está passando?

André Motta: No caso das sociedades ocidentais e desde a modernidade, a medicina e os médicos procuraram intervir no corpo individual e social lidando com doenças, endemias e epidemias, num processo de discursos e práticas cada vez mais cientificizados, com uma dose de um otimismo que revelaria a mesma ilusão que nos faz esquecer de que somos mortais. Assim, na década de 1970, diversas pessoas tinham anunciado, por meio de estudos, palestras e aulas, o fim de um ciclo histórico vivido até ali: não apenas o fim das epidemias, mas também o das doenças infecciosas, ao menos nos países industrializados. A chegada da Aids nos anos de 1980 e a emergência de novos tipos de vírus puseram em xeque essa certeza de vitória. Poderíamos tratar, colocando a pandemia de Covid-19 ao lado de uma complexidade que avance seu lugar de fator estritamente biológico, exatamente para estabelecer uma compreensão que possa nos tirar da armadilha de achar que bastaria uma vacina para um retorno de nossos corpos à tão falada normalidade? Imediatamente, era de supor que a voz da ciência fosse a única capaz de responder a seus dilemas, que a tecnologia nos defenderia rapidamente, inclusive, pelo acesso ao mundo digital e pelo pensamento iluminista. No entanto, o mal-estar social que produziu e foi produzido pela pandemia, numa espécie de confronto com a realidade, nos revelou distantes dessa expectativa. No caso brasileiro, já com mais de 175 mil mortes¹, muitas delas por falta de serviço médico e saneamento básico compatíveis, descortina uma pobreza extrema pouco conhecida. Foi assim que o tal cenário salvador da tecnologia ruiu em poucos meses, confrontando de plano nosso corpo, nossa saúde mental e nossas

¹ No período em que esta entrevista foi concedida à Equipe Editorial da Revista Espacialidades, em Dezembro de 2020, a pandemia da COVID-19 já havia feito mais de 175 mil mortos no país. No momento da publicação desta entrevista, em Março de 2021, o número de óbitos chega a quase 280 mil.

expectativas. Assim, se tem algum sentido discutir a relação entre a História e a Covid-19, ele deve estar, sobretudo, em nossa capacidade de construir conhecimentos, argumentos e práticas que possam não apenas nos fazer viver na espera de uma vacina redentora, mas de criar uma outra sociedade, com outros valores, outras premissas e outros sentidos, notando a historicidade que constitui o corpo e suas reações ao mundo onde se insere nessa trajetória.

Revista Espacialidades: O negacionismo tem sido uma marca bastante forte que retarda o combate a COVID-19. Observamos nas redes sociais e nos meios de comunicação diversas manifestações anti-vacina, anti-quarentena e o forte dilema entre salvar vidas e salvar a economia que gerou conflitos entre a agenda do Ministério da Saúde, o Presidente da República e seus eleitores. De que maneira é possível perceber as rupturas e permanências acerca da opinião pública na realidade de 1918, com a gripe espanhola, e 2020, com a COVID-19?

André Motta: São tempos, homens e mulheres absolutamente diferentes e essa marcação precisa ser tomada por uma dimensão que seja histórica, ou seja, o que temos de permanências são questões que envolvem a própria formação da nação e da cidadania brasileira, inconclusa, racista e desigual. Assim se abatem as epidemias, endemias e doenças sobre esse território, desde os tempos da colônia até os tempos atuais, tendo sido os negros e pobres as maiores vítimas, sempre esquecidas e apagadas desses momentos, enquanto as elites tentam salvar-se a si e seus interesses privados. Afinal, quando ocorreriam as epidemias ainda nos tempos da escravidão, quem mais morria? Com o nascimento da República? Hoje diante da pandemia de COVID19? Bem, com isso posto, e que poderíamos discorrer muito sobre cada período aqui apontado, cabe registrar que os movimentos negacionista, da anti-vacina e anti-quarentena tem relação com esse passado, mas, sobretudo, com uma história vivida atualmente, fruto de um país que, diante de sua frágil e combalida democracia, abriu espaço para que interesses, inclusive de cunho internacional, invadissem a vida social e introduzissem discussões impensadas para qualquer sociedade minimamente

civilizada, pois o que assistimos é uma total inversão de lógica frente ao que estamos vivendo. Ao colocar falsas questões, porque não respondem a qualquer saída plausível diante de uma pandemia como a vivida, inoculam a impossibilidade do diálogo, do esclarecimento e da busca coletiva por saídas que possam proteger vidas. Ao contrário, diante de milhares de mortes e doentes, naturalizam a realidade, postulam ser uma questão de atitude, essa de base eugenista, pois seriam os fortes contra os fracos e os corajosos contra os maricas. Atualmente, a sociedade brasileira encontra-se cindida por essas intencionalidades, que sob o discurso moral, nunca deles é claro, emplacam seus interesses mais sórdidos, camuflados pelo neoliberalismo, pela ausência de estado e, principalmente, de justiça. Caberá à sociedade brasileira querer ou não mudar essa situação. Por isso, a reflexão histórica se mostra tão fundamental. Sem passado, como criar expectativas sobre o presente e o futuro?

